

INTRODUÇÃO

O uso das plantas medicinais para fins terapêuticos na saúde constitui-se como prática milenar, historicamente construída na sabedoria do senso comum que articula cultura e saúde, tendo em vista que esses aspectos não ocorrem de maneira isolada, mas inseridos num contexto histórico determinado (ALVIM et al., 2006).

Desta forma, verifica-se que as plantas medicinais sempre estiveram presentes na vida da humanidade, influenciadas pela sabedoria indígena e pela tradicionalidade chinesa, que as utilizou como forma preventiva e curativa de doenças (ALVIM et al., 2006).

Além de se observar a comprovação da ação terapêutica de várias plantas utilizadas popularmente, a fitoterapia representa parte importante da cultura de um povo, sendo também parte de um saber utilizado e difundido pelas populações ao longo de várias gerações (TOMAZZONI et al., 2006). Evidenciando que apesar dos avanços tecnológicos e das terapias farmacológicas modernas, o uso das plantas medicinais ainda é frequente, devido à tradição, ao baixo custo e ao fácil acesso (ALVIM et al., 2006).

Neste contexto, os fitoterápicos e as plantas medicinais constituem uma modalidade de terapia complementar ou alternativa diante das necessidades de saúde e seu uso tem sido crescente na população de diversos países (WANDERLEY et al., 2015).

Sendo assim, no Brasil, em consonância com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi aprovada, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), contemplando, entre outras, diretrizes e responsabilidades institucionais para implantação/adequação de ações e serviços de plantas medicinais e fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2012).

Neste aspecto, sabe-se que as ações decorrentes dessa Política, manifestadas em um Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, são imprescindíveis para a melhoria do acesso da população a plantas medicinais e fitoterápicos, à inclusão social e regional, ao desenvolvimento industrial e tecnológico, à promoção da segurança alimentar e nutricional, além do uso sustentável da biodiversidade brasileira e da valorização e preservação do conhecimento tradicional associado das comunidades e povos tradicionais (BRASIL, 2009).

Nesta perspectiva, o presente estudo apresenta como objetivo descrever o conhecimento e a utilização de plantas medicinais e da fitoterapia em comunidades assistidas pela Estratégia de Saúde da Família (ESF).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão sistemática, onde realizou-se levantamento bibliográfico de artigos de periódicos nacionais, indexados nas seguintes bases eletrônicas: PubMed, Lilacs e SciELO, utilizando-se Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave como base de pesquisa, incluindo plantas medicinais, fitoterapia, atenção primária à saúde e práticas integrativas e complementares do SUS.

Foram identificados aproximadamente 80 trabalhos relacionados com a utilização de plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica à saúde, porém, após a leitura dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 5 publicações de acordo com os critérios de inclusão, estudos primários que relatassem/analisassem a utilização de plantas medicinais e da fitoterapia em comunidades assistidas pela estratégia saúde da família. Foram excluídos da presente pesquisa editoriais, matérias jornalísticas, resenhas, comentários e revisão bibliográfica.

A tabela 01 mostra a relação e a caracterização bibliométrica das publicações selecionadas (autoria, ano de publicação, tipo de estudo, população de referência da intervenção e o objetivo/enfoque do estudo).

Tabela 01: Relação e a caracterização bibliométrica das publicações selecionadas para compor a presente revisão sistemática.

Autores/Ano	Tipo de Estudo	Local e Sujeitos	Enfoque do Estudo
Tomazzoni; Negrelle; Centa (2006)	Exploratório-descriptiva	Cascavel (PR), 50 famílias usuárias da UBS Nossa Senhora dos Navegantes	Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica
Silva; Hahn (2011)	Transversal prospectivo	Posto de Atendimento Médico (PAM) da prefeitura municipal de Passo Fundo, RS, 125 indivíduos	Conhecer as plantas medicinais utilizadas por usuários da farmácia do Pronto Atendimento Médico
Silva; Araújo; Mariz et al. (2015)	Seccional com abordagem quantitativa	Bairro Malvinas na cidade de Campina Grande/PB, 94 idosos	Caracterizar o uso de plantas medicinais por idosos usuários de uma Unidade Básica de Saúde da Família
Araújo; Costa; Costa et al. (2015)	Descritivo	6 UBS do município de Parnamirim, Rio	Descrever o conhecimento e a utilização das plantas

		Grande do Norte (RN),	medicinais e da fitoterapia da comunidade assistida pelas equipes da Estratégia de Saúde a Família
Wanderley; Silva; Cezar et al. (2015)	Exploratório descritivo	Unidade de Saúde da Família (USF) Ipiranga, situada no bairro do Valentina, na cidade de João Pessoa, na Paraíba, 70 usuários	Analisar e descrever o uso de plantas medicinais em uma população da comunidade do Valentina, no município de João Pessoa, Paraíba, durante visitas domiciliares

Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos estudos analisados verificou-se que a maior parte do público entrevistado era representado pelo gênero feminino, onde a maior parte das mulheres relataram que são usuárias de plantas medicinais para tratar sintomas do dia a dia. Desta maneira, sabe-se que o horário de funcionamento das unidades básicas de saúde é incompatível com a disponibilidade de tempo do homem que trabalha, ficando evidente a predominância do atendimento à mulher, possivelmente pela menor inserção dela no mercado formal de trabalho com maior disponibilidade de tempo para cuidar de sua saúde (ARAÚJO et al., 2015; DUNCAN; SCHMIDT; GIUGLIANI, 1996).

Nas pesquisas avaliadas as plantas medicinais mais citadas pela população entrevista foram boldo, erva cidreira, capim santo, erva doce, mastruz, hortelã, louro, camomila, sabugueiro, canela, barbosa, agrião, romã e louro. Além disso, foi constatado que o preparo dessas plantas se dá basicamente por meio de chás e a parte mais utilizada são as folhas, mais também foi relatado o uso das sementes e do caule para o preparo dos chás.

Desta forma, observa-se que a utilização de plantas medicinais é encarada como uma opção na busca de soluções terapêuticas, visto que as mesmas são utilizadas no tratamento de enfermidades de todos os tipos, e principalmente pela população de baixa renda, pois se trata de uma alternativa eficiente, barata e culturalmente difundida (SILVA; HAHN, 2011).

Neste contexto, dentre as situações citadas, os principais sintomas/doenças que levaram os entrevistados a fazer uso de plantas medicinais as mais frequentes foram má-digestão, gripe, estresse/calmanete, tosse, inflamação, dor (geral), dor de garganta, mal-estar, doenças de pele,

hipertensão, obesidade, colesterol, diabetes, dor de cabeça, dor na coluna, diarreia, insônia, gastrite, dor no ouvido, febre e vermes.

A fitoterapia tornou-se mais consistente na Atenção Básica a partir da constatação de que a população atendida pelas Unidades Básicas de Saúde faz uso de plantas medicinais com fins terapêuticos simultaneamente ao uso de medicamentos industrializados. Ressalta-se, porém, que o uso concomitante desses medicamentos ocorre, na maioria das vezes, sem o conhecimento pleno sobre a toxicidade e ação terapêutica das plantas medicinais por parte dos usuários (FONTENELE et al, 2013).

Nesta perspectiva, ressalta-se que a utilização de terapias alternativas na Atenção Primária à Saúde, dentre elas a fitoterapia, deve ser incorporada pelos profissionais da equipe de saúde das Unidades Básicas de Saúde, os quais deverão contribuir para a correta utilização destes recursos terapêuticos (SARAIVA; COSTA; XIMENES, 2003).

Atualmente, muitos fatores têm contribuído para o aumento da utilização das plantas como recurso medicinal, entre eles, o alto custo dos medicamentos industrializados, o difícil acesso da população à assistência médica, bem como a tendência ao uso de produtos de origem natural. Acredita-se que o cuidado realizado por meio das plantas medicinais seja favorável à saúde humana, desde que o usuário tenha conhecimento prévio de sua finalidade, riscos e benefícios (BADKE et al., 2012)

Sendo assim, torna-se relevante que os profissionais da saúde conheçam e discutam as práticas de saúde tradicionais e historicamente firmadas em relação ao uso de plantas medicinais, a fim de que possam atuar de forma efetiva e eficaz na resolução dos reais problemas de saúde da comunidade, aliando o conhecimento popular ao científico (WANDERLEY et al., 2015).

CONCLUSÕES

Com base nos dados obtidos na presente pesquisa foi possível observar o uso de diferentes espécies de plantas medicinais pela população para o cuidado de alguns sintomas/doenças, evidenciando, desta forma, que a utilização de plantas medicinais e fitoterapia é uma forma de medicina alternativa e complementar utilizada por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste sentido, verifica-se que a população que utiliza essa forma de medicina alternativa e complementar nem sempre possui o conhecimento suficiente sobre suas propriedades farmacológicas e toxicológicas, acreditando que, por ser uma forma de tratamento natural não representaria nenhum risco à saúde. Observando, desta maneira, a necessidade que a população tem de receber orientações sobre a utilização e/ou aplicação das plantas medicinais e fitoterápicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, N. A.T et al. O uso de plantas medicinais no recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais da sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizado pela enfermeira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 3, p. 316-23, maio-jun. 2006.

ARAÚJO, M. S. C. et al. A utilização de plantas medicinais e da fitoterapia em comunidades assistidas pela Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 17, n.4, p. 6-16, out-dez. 2015.

BADKE, M.R. et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 363-70, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária**. 2. ed. Porto Alegre: Artemed; 1996.

FONTENELE, R. P et al. Fitoterapia na atenção básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia em Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2385-94, 2013.

SARAIVA, K.V.O; COSTA, L.B.; XIMENES, L.B. Prática de enfermagem com terapias alternativas em adolescentes grávidas. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 151-7, Abr-Jun, 2003.

SILVA, A. B. et al. O Uso de Plantas Medicinais por Idosos Usuários de uma Unidade Básica de Saúde da Família. **Revista de enfermagem UFPE on line.**, Recife, v. 9, n. 3, p.7636-43, abr., 2015.

SILVA, B. Q.; HAHN, S. R. Uso de Plantas Medicinais por Indivíduos com Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus ou Dislipidemias. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, São Paulo, v.2, n.3, p. 36-40 set./dez., 2011.

TOMAZZONI, M. I. et al. Fitoterapia Popular: A Busca Instrumental Enquanto Prática Terapêutica. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 115-21, 2006.

WANDERLEY, L. S. M. et al. Uso de Plantas Medicinais por Indivíduos da Comunidade do Valentina-PB. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Nova Esperança, v. 13, n. 2, p. 99-105, dez. 2015.